



A PRÁXIS DA PSICOLOGIA CLÍNICA NO ATENDIMENTO AO PACIENTE SURDO

Nathalia de Moraes Fiorentino Batista¹, Deborah Alves Lopes², Thaina Emanuelle da Silva Ferreira³, Flávio Alves da Silva⁴

1. Estudante de Psicologia; e-mail: nathaliademora9@gmail.com;
2. Estudante de Psicologia; e-mail: dealves94@gmail.com;
3. Estudante de Psicologia; e-mail: thainaedsf@gmail.com;
4. Professor da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: flaviosilva@umc.br.

Área do conhecimento: Tratamento e Prevenção Psicológica.

Palavras-chaves: Psicoterapia; Surdez; Atuação Profissional; Libras.

INTRODUÇÃO

Na psicoterapia, há a abertura para aquilo que o outro traz e vivência em seu existir, sendo um espaço de acolhimento e escuta, no qual se considera as singularidades e potencialidades do sujeito. Desse modo, a psicoterapia pautada na escuta qualificada consegue dar voz e protagonismo ao cliente. Porém, quando se trata de pacientes surdos nota-se que há a escassez de conhecimento em Libras por parte dos profissionais de saúde mental, contribuindo para a ausência de acesso desse público ao serviço, o que expõe a negligência e conseqüente invisibilidade social vivenciada por essa comunidade. Diante disso, quais possibilidades existem de estabelecer uma escuta adequada aos sujeitos surdos? Os profissionais de psicologia estão capacitados para atender esse público? Essa pesquisa busca responder essas e outras questões, ampliando e dando evidência ao assunto proposto, a fim de que seus resultados promovam reflexões que possibilitem incluir a temática no currículo e no desenvolvimento acadêmico, minimizando as limitações da prática.

OBJETIVOS

Este estudo teve como objetivo geral analisar a prática psicoterapêutica na clínica com Surdos. Tendo como objetivos específicos: a) investigar as possibilidades existentes de tornar a escuta na clínica surda individualizada; b) examinar a formação acadêmica bilíngüe (português/Libras) dos psicólogos, c) identificar as dificuldades na comunicação viso-espacial entre psicólogo e cliente.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo exploratória de natureza descritiva, se utilizará da metodologia da História Oral Temática, conforme o proposto por Meihy (1991). Participaram deste estudo **10 (dez)** psicólogos que atuam na psicoterapia com Surdos. Sendo tomados como critérios de inclusão residir no território nacional, ser fluente na língua brasileira de sinais, possuir CRP ativo e trabalhar a pelo menos 2 anos utilizando a libras na psicoterapia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, a oferta de Libras na grade de ensino das faculdades ocorre de modo optativo, havendo a obrigatoriedade somente para os cursos de formação de professores (licenciatura) e para o curso de fonoaudiologia, o que expõe a falta de incentivo ao conhecimento da língua de sinais no ensino superior, tendo como consequência o despreparo dos profissionais para atender a população surda, dificultando o acesso e a permanência desses pacientes à psicoterapia. Desse modo, com a presença de um público específico que vivencia a escassez de profissionais capacitados para atendê-los, levanta-se alternativas como a presença do intérprete de Libras na psicoterapia para mediar o atendimento, sendo essa uma forma de tentar solucionar a problemática encontrada. A questão foi trazida durante as entrevistas com os psicólogos e tal medida dividiu opiniões. Alguns profissionais se posicionaram contra a presença do intérprete, pois não acreditam que essa seja uma forma eficaz de solucionar a barreira de comunicação entre o psicólogo e o paciente surdo, uma vez que tal processo acarreta na perda de conteúdos importantes para o processo psicoterapêutico, tanto por conta da tradução de uma língua para outra, quanto, também, devido a resistência que tal medida pode gerar ao paciente. Entretanto, por outro lado, outros profissionais posicionaram-se a favor de tal medida em casos específicos, pois entendem que a presença do intérprete – desde que esse qualificado – pode ser benéfica. Tais profissionais acreditam que a falta de acesso dos surdos aos serviços de saúde mental, como a psicoterapia, torna-se uma questão mais grave do que a presença de um intérprete durante o atendimento terapêutico. Assim, é necessário pensar o que a presença do intérprete pode ocasionar de malefícios e benefícios. Em comum, todos os psicólogos entrevistados concordaram que a melhor solução é que os profissionais tenham bagagem e amparo para executar tal atendimento com êxito, sem que seja necessário um terceiro, porém, na ausência, privar o indivíduo do atendimento é ir contra a própria formação.

CLÍNICA PARA TODOS

Foi percebido que a clínica se mostra excludente, à vista disso, desconsidera-se o indivíduo enquanto pessoa e o limita a uma característica, logo, o desconhecimento sobre o real papel do psicólogo dentro da clínica pela comunidade e pelos próprios profissionais é comum: o

cliente vem ao psicólogo e despeja seu sofrimento, almejando que lhe seja dada uma solução adequada e rápida que sane a situação, assim, idealiza que a partir de uma medicação adequada é possível curar o psicológico – restringindo a diferença ao orgânico – similar àquilo que o médico executa em seu fazer profissional (FREIRE, ARAGÃO, 2016). Assim, a psicologia clínica é fundada a partir da relação e compartilhamento de vivências, em que o surdo deixa de ser limitado àquele que tem uma patologia, sendo legitimado como pessoa que é atravessada pela linguagem, agente em sua própria história. Portanto, o psicólogo, em seu atendimento, deve levar em consideração as necessidades apresentadas pelos sujeitos, de modo que o seu trabalho alcance não somente aqueles que estão dentro de um padrão de ‘normalidade’ social, mas que perpassa as barreiras que se apresentam e atravessam o seu fazer profissional. Entretanto, tendo como base as entrevistas realizadas, constatou-se que o número reduzido de psicólogos fluentes e que atendem em Libras influencia diretamente na marginalização de tal população que é privada do acesso à saúde mental.

QUEM É DIGNO DA NOSSA ESCUTA?

Dentro do cotidiano e da práxis do psicólogo, é recorrente a interpretação de que para existir a escuta é necessária a audição, assim como a fala e a compreensão do vocabulário utilizado, porém, Ferreira Junior, Bezerra e Alves (2021) discursam a respeito da realidade da escuta na Língua de Sinais, mostrando que o paciente não precisa verbalizar para que seja escutado, uma vez que consegue se expressar através dos sinais e estabelecer uma troca com o psicólogo. Como reafirmação desta colocação:

“Porque a escuta ela não implica em audição, não implica em ouvir, não implica em som, ela implica em acolher o outro” E5.

“Antes da gente pensar aquilo que é o ouvinte, o surdo, qualquer que seja, eu tenho que estar diante do outro como uma alteridade e escutar [...] é com isso que tenho que me conectar quando estou diante do outro” E6.

É essencial que os psicólogos e os demais profissionais da saúde entendam que atender um paciente surdo não deve se diferenciar do atendimento a qualquer outra pessoa, uma vez que todos são sujeitos que são participantes da sociedade, o único ponto que se difere será a forma como esse indivíduo será escutado, que no caso do paciente surdo, pode ou não ser através da Libras (FERNANDES, 2018). No social tais sujeitos são silenciados e privados do seu direito ao acolhimento, conforme trazido por Silva *et. al.* (2019) em um estudo de caso, no qual a cliente ao adentrar serviços de saúde encontrava barreiras em seu atendimento pela ausência de quem lhe escutasse, apenas encontrando tal escuta com um psicólogo fluente em Libras, assim, antes os outros mediavam sua comunicação, lhe tirando seu próprio protagonismo, sendo apenas com o psicólogo que ela foi ouvida em sua língua. Em seu atendimento, o psicólogo deve compreender que não é apenas se apropriando da língua –

seja essa de sinais ou não – que este poderá proporcionar um acolhimento adequado, mas que é a partir da concepção de indivíduo enquanto alteridade que nosso fazer profissional deve estar pautado, não limitando a demanda do sujeito a sua surdez, indo além desta.

O ATENDIMENTO QUE DESUMANIZA

Ao longo da história os surdos foram silenciados por aqueles que deveriam acolhê-lo, como mostra o discurso de um profissional entrevistado:

“Eu tive uma paciente que ficou medicada com um antipsicótico durante 15 anos porque quem ia pra consulta era a mãe, não era ela, paciente surda” E2.

Consonante a isso, o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), garante o direito à saúde de pessoas surdas ou com deficiência auditiva nas redes do Sistema Único de Saúde (SUS), este atendimento deve ser realizado por profissionais capacitados para o uso de Libras, porém, como relatado e observado no dia a dia, este decreto raramente é cumprido. Nessa perspectiva, se nega ao indivíduo a possibilidade de ser alguém complexo com subjetividade, vivência e construção contínua de uma narrativa que lhe dê visibilidade social, portanto, a invisibilidade ganha força e a estigmatização acaba reduzindo o indivíduo à surdez. Contudo, nós enquanto profissionais da saúde, precisamos promover a luta pela representatividade e narrativa desses indivíduos, de forma que venham a conquistar a voz que a muito lhes foi negada, não limitando essa luta apenas a discursos superficiais, mas principalmente a implicação com a temática, a partir da própria formação que se mostra deficitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa perspectiva, para romper com a negligência e o descaso enfrentados pelos surdos, torna-se necessário uma mobilização em diversos setores. Assim, tal problemática deve passar a ser discutida desde a graduação, com o objetivo de proporcionar reflexões sobre como o desconhecimento dos profissionais acerca de determinados assuntos afeta diretamente nos atendimentos e na qualidade de vida dos pacientes. Também deve-se mostrar formas de solucionar as questões encontradas, incentivando o conhecimento das necessidades do público atendido. As universidades, por sua vez, devem oferecer obrigatoriamente, e de modo aprofundado, a disciplina de Libras em sua grade curricular, possibilitando que os alunos aprendam sobre a língua e a comunidade surda durante a própria graduação. Do mesmo modo, outras minorias sociais também precisam ganhar espaço nas academias. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia devem incentivar, ampliar e promover cursos, palestras, congressos e capacitações com o objetivo de fortalecer o conhecimento dos profissionais sobre temas variados para que sua atuação contemple diferentes públicos, inclusive e, principalmente, àqueles que estão à margem da sociedade.

Até o presente momento, não foi encontrado quaisquer materiais do CFP e CRP sobre a temática tratada nesse artigo. A realização desta pesquisa teve como objetivo retratar a realidade enfrentada pelos surdos quanto a busca de atendimento psicológico e como os profissionais lidam com as demandas de tal público. Espera-se, através dos resultados obtidos, provocar reflexões sobre a temática, a fim de gerar novas pesquisas sobre o assunto e incentivar que sejam tomadas medidas que visam solucionar a problemática exposta.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 08 jul. 2022.
- FERNANDES, V. M. A importância da comunicação em libras para o surdo brasileiro. Universidade federal da Paraíba. João Pessoa/ Paraíba, out. 2018. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14177/1/VMF14112018.pdf&ved=2ahUKEwjw9q6T86b5AhWQm5UChRX7A_IQFnoECAQQAQ&usq=AOvVaw0Vcn_BPNReFMYWgXSO1mh-. Acesso em: 16 Jun. 2022.
- FERREIRA JUNIOR, J. L.; BEZERRA, H. J. S.; ALVES, E. de O. Atendimento psicológico à pessoa surda por meio da Libras no Brasil: Uma revisão de literatura. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 537-556, dez. 2021. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652021000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 jul. 2022.
- FREIRE, B.P.; ARAGÃO, M. A. (2016). A relevância da Psicologia na intervenção com sujeitos não-ouvintes e suas famílias. **UNIFOR**, Disponível em: http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/515.%20a%20relev%C2ncia%20da%20psicologia%20na%20interven%C7%C3o%20com.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.
- MEIHY, J. C. S. B. Manual de história oral. São Paulo: **Edições Loyola**, 1996.
- SILVA, C. G. P. da; ALVES, R. de B.; OLIVEIRA, M. C. M.; SANTANA, A. C. D. de.; COSTA, T. A. de. **O Sujeito Surdo e a Saúde Mental**: Relato de Um Caso de Intervenção Biopsicossocial em Psicoterapia. In: AYRES, C (org.). Alicerces e adversidades das ciências da saúde no Brasil. Editora Atena, Ponta Grossa, 2019. Cap 16. p. 158-168. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/09/Ebook-Alicerces-e-Adversidades-das-Ciencias-da-Saude-no-Brasil-1.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.